



BANCARINHO

Edição

905

07/11/2018 - ANO: XIX



CONTRAFUT
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

Caixa revoga aumento da mensalidade do Saúde Caixa

Em comunicado feito pela Caixa nesta segunda-feira(5/11) a empresa informou que: "em cumprimento ao estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020, informamos a revogação da CI DEPES/SURBE 001/17 #10", que estabelecia o reajuste dos percentuais da mensalidade do Saúde Caixa.

O Sindicato lembra que essa é mais uma conquista da Campanha Nacional dos Bancários deste ano. A defesa da manutenção da fórmula de custeio do Saúde Caixa foi uma das prioridades tiradas no 34º Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal). Lembrando que a CI revogada tratava do aumento unilateral do Saúde Caixa sem qualquer negociação com os trabalhadores e que até então não tinha sido aplicado graças a uma liminar conquistada pelo movimento sindical.

A Caixa queria que fosse retirada a

ação contra o reajuste. O movimento sindical disse que só aceitava retirar a ação se o banco revogasse a CI.

A revogação ocorreu em decorrência do Acordo Coletivo dos Trabalhadores (ACT) 2018/2020 entre os empregados e Caixa, que prevê a manutenção dos percentuais, dos valores e da fórmula de custeio do Saúde Caixa, que prevê a responsabilidade de 100% dos custos administrativos e 70% dos custos assistenciais para a Caixa. Os empregados arcam com 30% dos custos assistenciais do plano.

Essa foi uma batalha vencida. Não restam dúvidas de que os ataques ao Saúde Caixa continuarão. Cada um dos usuários precisa estar atento e continuar defendendo o plano de saúde.

Ao contrário do que tentam fazer a sociedade acreditar, a Caixa não está quebrada. É um banco que dá lucro e lucro crescente ano após ano. Mas, mais importante ainda do que o lucro, é um banco essencial para a continuidade de diversas políticas sociais que beneficiam toda a população brasileira.

Centrais reorganizam luta contra Reforma da Previdência!

As centrais sindicais realizam dia 12/11/18 no Dieese em São Paulo, um seminário nacional a fim de lançar uma campanha nacional em defesa das aposentadorias.

APOSENTADORIA AOS 65 ANOS

Na primeira semana após a eleição, o governo eleito já iniciou a articulação política com Michel Temer para aprovar, ainda esse ano, mudanças drásticas nas regras de acesso à aposentadoria. A proposta formulada pelo rentista Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central de FHC, promete economia de R\$ 1,3 trilhão em dez anos. A Proposta de Emenda Constitucional apresentada por Michel Temer projetava uma economia de R\$ 800 milhões.

Pelo anunciado até agora, o acesso à aposentadoria seria proibido antes dos 65 anos de idade (62 no caso das mulheres), o valor do benefício seria desvinculado do salário mínimo e prevê unificação das regras do regime geral aos regimes próprios. A pensão por morte seria reduzida a 60%, com acréscimo de 10% por filho.

Além dessas mudanças, a proposta criaria um regime de capitalização, que na prática, significa entregar a previdência pública para os bancos privados e ao capital financeiro, a exemplo do que ocorreu no Chile durante da ditadura de Augusto Pinochet.

Eleição de delegado sindical no BB e CEF

O Sindicato dos Bancários de Dourados publica nesta quinta-feira 8/11, o edital para eleição de delegado(a) sindical no BB e CEF.

As inscrições começam no dia 12 e vai até o 23 de novembro.

Bolsonaro planeja acabar com o Ministério do Trabalho

Um dos temas considerados prioritários da equipe de Paulo Guedes (futuro ministro da Economia), é repartir o Ministério do Trabalho em diferentes áreas, transferindo, por exemplo a gestão da concessão de benefícios para órgãos ligados à área social e a gestão da política de trabalho e renda para o novo Ministério da Economia ou para um órgão dedicado às questões de produtividade. Além disso, novos modelos para a condução de questões sindicais e de fiscalização está em discussão.

O governo da extrema direita de Bolsonaro quer acabar com todos os direitos que nos restaram depois da falsa ideia que a reforma trabalhista

viria para aumentar os empregos e o resultado foi totalmente oposto, está a serviço de fazer os trabalhadores pagar pela crise.

O Ministério do Trabalho, ainda que controlado pelo Estado e privilegiando a burguesia tem sido o mediador e tem evitado que tirem dos trabalhadores os mínimos direitos que restaram, além de ser o responsável pela gestão de concessão de benefícios como o seguro-desemprego.

Sem o Ministério do Trabalho, que ganhou este status pela primeira vez em 1930, no governo de Getúlio Vargas, os trabalhadores ficarão ainda mais à mercê da lógica do mercado e sujeitos a condições de trabalho inadequadas e degradantes, como por exemplo na fiscalização do trabalho escravo que ainda é uma realidade em vários locais do país.